

Senhores acionistas,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da All Ore Mineração S.A. ("All Ore" ou "Companhia") referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Considerações Gerais sobre a Companhia

A All Ore Mineração S.A., nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o intuito de explorar as oportunidades de investimento no setor de minério do Brasil. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minérios de ferro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses do subsolo, e a prestação de serviços de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades. Desde sua constituição até a data deste relatório, a Companhia

encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia pretende atuar prioritariamente no segmento de jazidas de diferentes minérios, que contam com relevante competitividade econômica, mediante: (i) disponibilização de *know-how* e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carentes de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistemáticas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas. A Companhia ainda não iniciou suas atividades minerárias e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia informou que começou a implementar seu objeto social, formalizando (i) contratos para aquisição de, no mínimo, 70% da Mhag Serviços e Mineração S.A. ("MHAG"), por US\$ 245 milhões.

A aquisição de 70% das ações da MHAG ainda dependia do cumprimento de algumas condições suspensivas a cargo dos vendedores, e, em 8 de junho de 2011, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado que os contratos para aquisição de participação acionária na MHAG foram rescindidos em virtude da não implementação de tais condições suspensivas por parte da vendedora, nos termos previstos nos contratos.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Circulante	42.045	6.703	42.045	
Caixa e equivalentes de caixa	7	41.487	41.487	
Impostos a recuperar	351	94	351	
Despesas antecipadas	8	206	258	206
Outros ativos circulantes	9	2	1	1
Empréstimos a receber		5.233		
Não-Circulante	10.013	24.825	10.013	
Outras contas a receber	10	3.967	3.967	
Depósitos judiciais	15	1.005	1.005	
Investimentos	10	4.564	24.375	
Imobilizado	11	477	450	477
Intangível	12	—	—	4.564
Total do ativo	52.058	31.528	52.058	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Circulante	51.959	2.872	51.959	
Fornecedores	74	1.312	74	
Impostos, taxas e contribuições	149	223	149	
Provisão para férias e encargos	9	128	9	
Provisão para honorários da diretoria e encargos	13	—	1.200	—
Débitos com controladores	14	51.727	—	51.727
Outros passivos circulantes		9		—
Não-circulante	1.533	48.992	1.533	
Débitos com controladores	14	528	48.992	528
Provisões para contingências cíveis	15	1.005	—	1.005
Patrimônio líquido	(1.434)	(20.336)	(1.434)	
Capital social	16	679	679	
Opções de ações outorgadas reconhecidas	16	622	622	
Prejuízos acumulados	(2.735)	(21.637)	(2.735)	
Total do passivo e patrimônio líquido	52.058	31.528	52.058	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)					
	Controladora e Consolidado				
	Capital social	Capital a integralizar	Opções de ações outorgadas reconhecidas	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	679	(13)	—	(1.497)	(831)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	(20.140)	(20.140)
Integralização de capital	—	13	—	—	13
Constituição de reserva - Outorga de ações	—	—	622	—	622
Saldos em 31 de dezembro de 2010	679	—	622	(21.637)	(20.336)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	18.902	18.902
Saldos em 31 de dezembro de 2011	679	—	622	(2.735)	(1.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)				
	Controladora e Consolidado		Total	
	2011	2010	2011	2010
Receitas	79.706	—	79.706	—
Venda de bens e/ou serviços	—	—	—	—
Insunhos adquiridos de terceiros	(7.200)	—	(7.200)	—
Custo dos bens e/ou produtos vendidos	(7.200)	—	(7.200)	—
Serviços prestados por terceiros	(3.180)	(8.401)	(11.581)	(11.581)
Outras despesas administrativas	(2.511)	(2.299)	(4.810)	(4.810)
Perdas por redução do valor recuperável	(33.830)	(80)	(33.910)	(33.910)
Depreciações e amortizações	(129)	(80)	(209)	(209)
Valor adicionado produzido	32.856	(10.780)	22.076	11.289
Juros	2.416	5.372	7.788	10.788
Receitas financeiras	20.609	15.537	36.146	51.684
Despesas financeiras	(18.193)	(10.165)	(28.358)	(20.333)
Valor adicionado a distribuir	35.272	(5.408)	29.864	31.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A All Ore Mineração S.A. ("All Ore" ou "Companhia"), nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o intuito de explorar oportunidades de investimento no setor de minério de ferro do Brasil. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minérios de ferro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses do subsolo, e a prestação de serviços de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades. A Companhia encontra-se devidamente instalada em seu escritório administrativo na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 2º andar, conjunto 22, Itaim Bibi, São Paulo. O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e tem participação relevante na Dorus Populi Participações S.A. (nova denominação da MCM Cimentos S.A.). A Companhia pretende atuar prioritariamente no segmento de jazidas de minério de ferro, que contam com relevante competitividade econômica, mediante: (i) disponibilização de *know-how* e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carentes de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistemáticas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas.

A Companhia ainda não iniciou as suas atividades minerárias e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social. Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia informou que começava a implementar seu objeto social, formalizando os contratos para aquisição de 70% da Mhag Serviços e Mineração S.A. ("MHAG"), por US\$ 245 milhões. A aquisição de 70% das ações da MHAG ainda dependia do cumprimento de algumas condições suspensivas a cargo dos vendedores. Em 19 de dezembro de 2011 a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado, como fato relevante, que está diversificando sua estratégia de investimento em commodities minerais e adquiriu diversos direitos minerários, pré-operacionais, referentes à exploração de ouro. A Companhia informou também que adquiriu opções para aquisição de duas empresas, sendo uma focada em minério de ferro e a outra em cobre. Estas opções podem ser exercidas a critério da Companhia após a conclusão de estudos técnicos, e o preço de exercício também variará em função da descoberta e prova de reservas minerais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. O CPC 22 - Informações por segmento - requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade e que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do efetivo início das operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente. As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Nas demonstrações financeiras consolidadas, quando aplicável, são eliminados os saldos de transações entre as sociedades consolidadas bem como o investimento da controladora. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as entidades consolidadas. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por numerários em caixa, saldos em bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata. Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras. **c. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias abaixo conforme a intenção da Administração, atendendo os seguintes critérios de contabilização: **Ativos financeiros:** • Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Passivos financeiros:** • Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(I) Instrumentos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **(II) Instrumentos financeiros derivativos:** Na data em que um contrato de derivativos é celebrado, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação que quando incorridos são reconhecidos e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado. **(III) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base na cotação dos mesmos instrumentos financeiros observados em mercado. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. **d. Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato. **e. Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados, enquanto as manutenções de rotina e os reparos são apropriados ao resultado do período quando incorridos. **f. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para a Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **g. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro e são avaliados ao custo de aquisição e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia, sejam por esta controlável e o respectivo valor possa ser medido de forma confiável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **h. Outros ativos circulante e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Desde 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para

determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Sempre que houver uma indicação de perda por *impairment* é realizada a revisão e se necessário o reconhecimento da perda. **i. Passivos circulante e não circulante:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **k. Provisões passivos financeiros cíveis:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não-formalizada), sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **l. Tributação:** A forma de tributação é o lucro presumido. Nesta modalidade de regime de tributação a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada a razão de 32% sobre o valor das receitas decorrentes da prestação de serviços. Sobre o lucro presumido resultante da aplicação dos 32%, acrescido das demais receitas financeiras realizadas, são aplicadas (i) as alíquotas regulares de imposto de renda de 15%, mais o adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 20 mil por mês, e (ii) 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. No caso de prestação de serviços, a alíquota do ISS é de 5%. Receitas decorrentes de prestação de serviço para residente no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas, são isentas de PIS e Cofins. **m. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado básico por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. **n. Remuneração baseada em ações:** A Companhia mensura o custo de transações com opções de ações outorgadas a seus executivos com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. **Demonstração do valor adicionado:** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações e medidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **4. Estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas premissas e estimativas contábeis e do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As estimativas e premissas significativas na elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: **a. Depreciação dos ativos imobilizados:** A Companhia adota a metodologia de cálculo das despesas de depreciação dos ativos imobilizados que consiste na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado com relação a quaisquer ativos podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **b. Provisão para contingências cíveis:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo valor maior entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **d. Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado com empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para a venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem: (i) deterioração financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) quebra do contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital; (iii) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo financeiro devido a dificuldades financeiras. **e. Estimativa de valores justos:** Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: (i) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros instrumentos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e (iii) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem valor de mercado ativo. **5. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade:** Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAAP). A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB". O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. **6. Gestão de risco financeiro:** A considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de

Alguas operações de empréstimo para a MHAG e adiantamento à Campina para aquisição de participações societárias da empresa MHAG foram realizadas durante a vigência do acordo, totalizando R\$ 35.330 (em R\$1.000). Estes créditos são objeto de ação de execução e as chances de perda da ação são remotas, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, em razão da força dos termos dos contratos firmados e da estimada suficiência dos bens patrimoniais dos devedores, inclusive seus garantidores, principalmente os direitos minerários. A Companhia avaliou o valor justo de vários bens patrimoniais arrolados na ação de execução mas não teve acesso aos principais, a saber, os direitos minerários, razão pela qual a inexistência de evidências de que estes constituem garantias reais para o crédito e, em cumprimento de normas contábeis, a Companhia reconheceu provisão no total de R\$ 33.830 (em R\$ 1.000) para a redução do valor recuperável (*impairment*) dos créditos. Em 19 de dezembro de 2011 a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado, como fato relevante, que está diversificando sua estratégia de investimento em *commodities* minerais e que adquiriu diversos direitos minerários pré-operacionais referentes à exploração de ouro. A Companhia informou também que adquiriu opções para aquisição de duas empresas, sendo uma focada em minério de ferro e a outra em cobre. Estas opções

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)				
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado Bruto	72.506	—	72.506	—
Receita de venda de bens e/ou serviços	22	79.706	—	—
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	23	(7.200)	—	—
Despesas gerais e administrativas	(43.613)	(23.010)	(43.613)	(23.010)
Pro-labore da diretoria	19	(1.808)	(7.847)	—
Despesas com pessoal	—	(556)	(1.684)	—
Encargos sociais	—	(502)	(2.109)	—
Serviços de terceiros	—	(3.180)	(8.401)	—
Outras despesas administrativas	—	(3.230)	(2.185)	—
Outros impostos e taxas	—	(378)	(82)	—
Depreciações e amortizações	11 e 12	(129)	(80)	—
Perdas por redução do valor recuperável	09 e 10	(33.830)	—	—
Despesas com opções de ações outorgadas	19	—	(622)	—
Resultado financeiro líquido	(614)	2.870	(614)	2.870
Receitas financeiras	20.609	15.537	20.609	15.537
Descontos obtidos	—	4	—	—
Rendas de aplicações financeiras de renda fixa	—	4.870	180	—
Juros ativos	—	2.052	1.390	—
Variações cambiais ativas	—	13.683	13.967	—
Despesas financeiras	(21.223)	(12.667)	(21.223)	(12.667)
Juros passivos	—	(3.030)	(2.502)	—
Variações cambiais passivas	—	(18.193)	(10.165)	—
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28.279	—	28.279	—
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	24	(9.377)	—	—
Resultado líquido do exercício	18.902	(20.140)	18.902	(20.140)
Resultado básico por ação - Em R\$	21	0,23522	(0,25490)	—
Resultado diluído por ação - Em R\$	21	0,23463	(0,25200)	—
Quantidade de ações	—	80.359.734	80.359.734	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizados pela Companhia. **b. Fatores de riscos financeiros:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **(I) Risco cambial:** Em função dos instrumentos financeiros de diversas naturezas contratados pela Companhia em moedas diferentes da sua moeda funcional, foi implantada uma política para proteger a Companhia do risco da oscilação cambial de moedas estrangeiras, que estabeleça níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial). Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia estava exposta substancialmente ao risco de flutuação do dólar norte-americano (vide Notas Explicativas nº 10 e nº 14). **(II) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. As aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7) são corrigidas pelo CDI; os empréstimos a receber (Nota Explicativa nº 9) são corrigidos pela taxa selic; e os empréstimos a pagar (Nota Explicativa nº 14) em 31 de dezembro de 2011 são corrigidos a taxa pré-fixada de 6% a.a. A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na taxa selic em 2011, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Por isso não tem como política contratar derivativos para se proteger de oscilações nas taxas de juros. **(III) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os ativos expostos ao risco de crédito totalizam R\$ 3.967 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo e adiantamento para aquisição de participações societárias. Em 1º de julho

15. Provisões civis: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia é parte em ação judicial de natureza cível onde o autor exigia o valor de R\$ 5.450 correspondente a alegados 109 dias de descumprimento de ordem liminar, com multa de R\$ 50 por dia. A multa foi reduzida pelo judiciário para R\$ 1.000, cuja expectativa de perda é provável, tendo sido este valor depositado em juízo pela Companhia em 22 de novembro de 2011 e, desde então, está sujeito à atualização pela TR (taxa referencial) mais 0,5% de juros ao mês.

	31/12/2011	31/12/2010
Depósito judicial/Provisão	1.000	-
Atualização do depósito judicial	5	-
Total de depósitos judiciais	1.005	-

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 679 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 80.359.734 (80.359.734 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Quadro de movimentação de ações:

	31/12/2011	Movimentação no período	31/12/2010
Ações ordinárias - subscritas e integralizadas	80.359.734	-	80.359.734

b. Reserva de capital: Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias: Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, conforme Nota Explicativa nº 19 (b), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

c. Reserva de lucros: (I) Reserva Legal: A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Com relação ao lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foi constituída a respectiva reserva legal de acordo com o artigo 189 das Sociedades por Ações, onde estabelece que o resultado do exercício, antes de quaisquer destinações, seja deduzido dos prejuízos acumulados anteriores e da provisão para o imposto de renda. **d. Dividendos:** O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembléia Geral, constituída nas reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. Com relação ao lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram propostos dividendos de acordo com o artigo 189 das Sociedades por Ações, onde estabelece que o resultado do exercício seja deduzido, antes de quaisquer destinações, dos prejuízos acumulados anteriores e da provisão para o imposto de renda. **17. Instrumentos financeiros: a. Considerações gerais:** A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos a receber e outras contas a receber, assim como em contas a pagar e empréstimos a pagar (débitos com controladores). **b. Valor justo:** Caixa e equivalentes de caixa, incluindo títulos e valores mobiliários e contas a pagar de curto prazo: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos. Empréstimos a receber e outras contas a receber foram classificados como "empréstimos e recebíveis". Empréstimos a pagar são contabilizados tomando custo amortizado. A mensuração do valor justo é derivada de cálculos tomando como base Taxas Referenciais da BM&F DI com posição em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. **Divulgação valor contábil e valor justo:**

Operação	Valor Em R\$ 31/12/2011	Nota Explicativa	Risco	Cenário I 1%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos a receber	-	9	Aumento da taxa de juros	-	-	-
Outras contas a receber atrelados ao US\$	3.967	10	Baixa do dólar	40	992	1.984
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	52.255	14	Alta do dólar	523	13.064	26.128

Operação	Valor em R\$ 31/12/2010	Nota Explicativa	Risco	Cenário I 1%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos a receber	5.233	9	Aumento da taxa de juros	6	125	255
Adiantamentos atrelados ao US\$ (Investimentos)	24.375	10	Baixa do dólar	244	6.094	12.188
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.328	14	Alta do dólar	123	3.082	6.164
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	36.664	14	Alta do dólar	367	9.166	18.332

18. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos a pagar	52.255	48.992	56.086	52.405
Empréstimos a receber	-	5.233	-	5.501
Outras contas a receber	3.967	-	4.340	-
Investimentos	-	24.375	-	25.625

Hierarquias de valor justo:

Instrumentos financeiros	31/12/2011	31/12/2010
	Nível 2	Nível 2
Empréstimos a pagar	56.086	52.405
Empréstimos a receber	-	5.501
Outras contas a receber	4.340	-
Investimentos	-	25.625

c. Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados: Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **d. Exposição de crédito:** Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 3.967 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo e outras contas a receber. A administração da Companhia e seus assessores legais estimam que os créditos devem ser recebidos entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, inclusive mediante execução de direitos minerais e outros bens dos devedores. **e. Exposição cambial:** Nem todos os aportes do controlador sediado no exterior são aplicados em ativos no país, pois são utilizados para custear despesas gerais da Companhia tais como honorários da administração, folha de pagamento, serviços de terceiros, entre outros. Desta forma, ativos e passivos em moeda estrangeira não se equivalem, gerando resultado em função da flutuação da taxa de câmbio. No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, a Companhia apurou resultado negativo de R\$ 4.510 (R\$ 3.802 positivo no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010) decorrente do descasamento das operações. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos em moeda estrangeira eram:

US\$	Em 31/12/2011		Em 31/12/2010	
Conta	R\$	US\$	R\$	US\$
Outras contas a receber	3.967	2.150	-	-

Adiantamentos para aquisições de participações societárias (investimentos)

	-	-	24.375	14.636
--	---	---	--------	--------

Empréstimos a pagar

	(52.255)	(27.857)	(12.328)	(7.399)
--	----------	----------	----------	---------

Exposição cambial

	(48.288)	(25.707)	12.047	7.237
--	----------	----------	--------	-------

EUR

	Em 31/12/2011		Em 31/12/2010	
Conta	R\$	EUR	R\$	EUR
Empréstimos a pagar	-	-	(36.664)	(16.456)
Exposição cambial	-	-	(36.664)	(16.456)

f. Exposição cambial: A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa cambial e taxa de juros sobre seus ativos e passivos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade a qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação aos indexadores das operações.

Operação	Valor Em R\$ 31/12/2011	Nota Explicativa	Risco	Cenário I 1%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos a receber	-	9	Aumento da taxa de juros	-	-	-
Outras contas a receber atrelados ao US\$	3.967	10	Baixa do dólar	40	992	1.984
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	52.255	14	Alta do dólar	523	13.064	26.128

Operação	Valor em R\$ 31/12/2010	Nota Explicativa	Risco	Cenário I 1%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos a receber	5.233	9	Aumento da taxa de juros	6	125	255
Adiantamentos atrelados ao US\$ (Investimentos)	24.375	10	Baixa do dólar	244	6.094	12.188
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.328	14	Alta do dólar	123	3.082	6.164
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	36.664	14	Alta do dólar	367	9.166	18.332

19. Remuneração dos administradores: a. Disposições gerais: A gestão da Companhia é feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria. A remuneração global dos administradores da Companhia é de até R\$ 14.180 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens

ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração. **b. Opção de subscrição ou compra de ações outorgadas pela Companhia:** Em 18 de fevereiro de 2010, com o objetivo de promover os interesses da Companhia e atrair administradores, empregados e prestadores de serviços, os acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovaram o Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias ("Programa"). O Programa teve alterações aprovadas em 30 de abril de 2010 pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. De acordo com o Programa, o Conselho de Administração poderá, dentro do limite de capital autorizado da Companhia e respeitado o disposto no Programa, outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou sociedade sob seu controle, direto ou indireto. O número total de ações destinadas ao Programa não poderá ultrapassar (i) 12.000.000 (doze milhões) de ações ou (ii) 5% (cinco por cento) do número total de ações de emissão da Companhia, dentre tais limites, o que for maior. Cada opção corresponde ao direito de adquirir ou subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Opções"). No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011 foram canceladas 520.000 (quinhentos e vinte mil) Opções em função da saída de executivos do quadro de pessoal da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia outorgou um total de 400.000 (quatrocentos mil) Opções com base no Programa, sujeitas a um período máximo de carência de 3 (três) anos. O prazo máximo de vigência das Opções é de 5 (cinco) anos, com liquidação em ações ordinárias da Companhia ao preço médio ponderado de exercício, assim como mínimo e máximo, de R\$ 0,01 (um centavo de real). O saldo de R\$ 622 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às Opções outorgadas que seriam exercíveis caso os executivos completassem os diversos períodos de serviços prestados à Companhia tidos como condição de exercício das Opções e levou em consideração os seguintes fatores na sua apuração: a. Número de meses de serviços efetivamente prestados à Companhia até 31 de dezembro de 2011, em relação ao período máximo de carência das Opções outorgadas de 3 (três) anos; b. Preço justo de R\$ 3,00 (três reais) por ação ordinária, em 19 de agosto de 2010, com base em três parâmetros, cumulativamente considerados, previstos no artigo 170, § 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a saber: valor da cotação das ações (código "AOE3") na BM&FBOVESPA S.A., valor do patrimônio líquido e perspectiva de rentabilidade futura, e que serviu de base para o último aumento de capital aprovado pela Companhia. Quadro da movimentação de opções (em unidade de ações):

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	920.000	-
Opções concedidas no exercício	-	1.160.000
Opções canceladas no exercício	520.000	240.000
Opções exercidas no exercício	-	-
Saldo no final do exercício	400.000	920.000

20. Partes relacionadas: a. Considerações: As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota Explicativa nº 14) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota Explicativa nº 19). **b. Controlador e pessoal-chave:** O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e tem participação relevante na Domus Populi Participações S.A. O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade. **c. Transações entre partes relacionadas:** Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Balanco patrimonial	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos com controladora	52.255	48.992
Opções outorgadas	622	622

Demonstração de resultados dos exercícios findos em:

	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo (i)	1.808	7.847
Opções de ações reconhecidas (ii)	-	622
Rescisão de contrato de trabalho	-	23

(i) Inclui a remuneração dos Diretores e Administradores, composta por um valor fixo e variável dentro do limite estabelecido na Nota Explicativa nº 19 (a); (ii) Forma de liquidação em ações ordinárias. **21. Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico por ação exercícios findos em:

	31/12/2011	31/12/2010
Resultado líquido do exercício	18.902	(20.140)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	79.008
Resultado básico por ação (Em R\$)	0,23522	(0,2549)

Resultado diluído por ação exercícios findos em:

	31/12/2011	31/12/2010
Resultado líquido do exercício	18.902	(20.140)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	79.008
Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	201	920
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.560	79.928
Resultado diluído por ação (Em R\$)	0,23463	(0,2520)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **22. Receita de prestação de serviços:**

Exercícios findos em:	31/12/2011	31/12/2010
Receita de prestação de serviços	84.205	-
Tributos incidentes sobre prestação de serviços	(4.999)	-
Receita líquida	79.706	-

Em 23 de setembro de 2010, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a ENRC N.V., empresa interessada no conhecimento que a Companhia desenvolveu em relação à Mineração Minas Bahia S.A. ("MIBA") e à Mineração Peixe Bravo Ltda. ("Peixe Bravo"), na qual a remuneração seria de até US\$ 54 milhões, dos quais US\$ 47 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 31 de março de 2011 e US\$ 3,5 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 30 de setembro de 2011. Com o recebimento dessa última parcela não haverá mais receitas a serem auferidas com relação ao citado contrato de prestação de serviços com a ENRC N.V. **23. Custos dos serviços prestados:**

Exercícios findos em:	31/12/2011	31/12/2010
Custo com serviços profissionais	6.000	-
Outros encargos na prestação de serviços	1.200	-
Custo dos serviços vendidos	7.200	-

24. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação:

Exercícios findos em:	31/12/2011	31/12/2010
Descrição		
A Receita bruta de prestação de serviços	84.205	-
B Lucro presumido (32% sobre A)	26.945	-
C (+) Demais receitas auferidas	705	-
D (=) Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (B + C)	27.650	-
E IRPJ - 15% sobre D	4.147	-
F IRPJ - 10% sobre o resultado de D menos R\$ 240 mil	2.741	-
G CSLL - 9% sobre D	2.489	-
H Provisão para despesa com IRPJ e CSLL	9.377	-

25. Outras informações: Alteração de Diretoria: Em Reunião do Conselho de Administração de 19 de agosto de 2011 foi (i) aprovada a destituição do Sr. Juarez Saliba de Avelar de todos os cargos de diretor que ocupava na Companhia e (ii) foi eleita a Srta. Rita de Cássia Lo Sciuto para ocupar interinamente o cargo de Diretora de Relações com Investidores da Companhia. Em Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2011 e com efeito a partir de 9 de janeiro de 2012, a Srta. Rita de Cássia Lo Sciuto foi destituída do cargo de Diretora de Relações com Investidores, mantendo, contudo, o cargo de Diretora Administrativa da Companhia. Para substituí-la, foi nomeado como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores o Sr. Marco Henrique Ortega de Oliveira. **26. Obrigações e compromissos:** O principal compromisso assumido pela Companhia diz respeito à locação do imóvel que é utilizado com sede administrativa da Companhia. O total do compromisso para o período remanescente é de 41 meses e de R\$ 2.138. **27. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotado, dado a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Seguro de responsabilidade civil	43.287	-
Seguro do escritório	3.660	-
Seguro de veículos	560	-
Total	47.507	-

28. Eventos subsequentes: a) Empréstimos: A Administração da Companhia informa que os contratos de mútuo firmados com o acionista controlador Metropolis Capital Markets GmbH venceram em janeiro e fevereiro de 2012 não foram renovados ou liquidados até a presente data. **b) Efeitos dos eventos subsequentes nas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia declara que não há efeitos relevantes advindos do evento subsequente divulgado acima.

Gerson Luiz Petterle
Diretor Presidente

Marco Henrique Ortega de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rita de Cássia Lo Sciuto
Diretora

Alessandro de Oliveira Leme
CRC: 1SP236426/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas do **All Ore Mineração S.A.** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da All Ore Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Conforme descrito na Nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da All Ore Mineração S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. A All Ore Mineração S.A. foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o objetivo descrito na Nota Explicativa nº 1 e encontra-se em fase pré-operacional. As demonstrações

financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que depende do suporte financeiro de seus acionistas para reversão dos passivos a descoberto, para a liquidação de suas obrigações e para execução dos fatores também descritos na referida Nota Explicativa. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes associados com as incertezas inerentes a essa fase de suas operações. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 29 de março de 2012